

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.348.537 - DF (2018/0212153-4)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : T R F
ADVOGADO : EMILIANO CÂNDIDO PÓVOA E OUTRO(S) - DF003845
AGRAVADO : P R R K
ADVOGADO : MARCELA MOTA MOREIRA LOPES E OUTRO(S) - DF050924

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE DIVÓRCIO. PARTILHA. INCLUSÃO DE EMPRÉSTIMO TOMADO PELO AUTOR EM FAVOR DA FAMÍLIA. REEXAME DOS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

P. R. R. K. (P. R. R. K.) ajuizou ação de divórcio com pedido de fixação de alimentos e regulamentação de visitas contra T. R. F. (T. R. F.).

O juízo de primeiro grau julgou parcialmente procedentes os pedidos, resolvendo a partilha em razão do divórcio.

O Tribunal de origem, por sua vez, negou provimento ao apelo de T. R. F. em acórdão assim ementado:

DIVÓRCIO. PARTILHA. COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. DÍVIDAS EM PROVEITO PRÓPRIO. PROVA.

I - As dívidas contraídas por um dos cônjuges na constância do casamento, sob o regime de comunhão parcial de bens, integram a partilha, art. 1.644 do CC.

II - Na lide, incumbia ao cônjuge-virago comprovar que as dívidas contraídas pelo cônjuge-varão foram em benefício próprio, art. 373, inc. II, do CPC.

III - O acervo probatório evidenciou que os empréstimos foram contraídos para suportar o aumento das despesas com o padrão de vida da família, de modo que também devem ser incluídos no montante partilhável.

IV - Apelação desprovida (e-STJ, fl. 315).

Irresignada, T. R. F. interpôs recurso especial, fundado na alínea *a* do permissivo constitucional, em que apontou a violação dos arts. 373, I e II, 1.022 do

NCPC, 1.643, 1.644 e 1.666 do CC/02, sustentando, em síntese, 1) omissão do Tribunal de origem quanto às alegações e provas constantes nos autos; e 2) que a prova da destinação dos empréstimos incumbiria ao seu tomador.

O apelo especial não foi admitido na origem sob o fundamento de incidência da Súmula nº 7 do STJ e porque não foi reconhecida a omissão alegada.

T. R. F., então, interpôs o presente agravo impugnando os fundamentos da decisão agravada.

Contraminuta não apresentada.

O MPF se manifestou pela desnecessidade de intervenção no feito (e-STJ, fls. 431/433).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

De início, fica afastada a alegação de negativa de prestação jurisdicional, pois, ao contrário do alegado, o Tribunal de origem se manifestou sobre as questões essenciais ao julgamento, destacando a presença nos autos de elementos capazes de indicar que o valor dos empréstimos tomados pelo autor P. R. R. K. teriam sido revertidos em proveito da família, justificando, assim, a sua inclusão na partilha.

Nesse contexto, não se justificam as alegadas violações dos arts. 373 e 1.022 do NCPC, pois os elementos de convicção trazidos aos autos seriam capazes de conferir sustentação jurídica à decisão recorrida.

De fato, o acórdão, após o exame das provas anexadas ao processo, concluiu que *os empréstimos foram contraídos para suportar o aumento das despesas com o padrão de vida da família, de modo que também devem ser incluídos no montante partilhável.*

Segundo a Corte local,

[...] o acervo probatório evidencia que a família, composta também por duas filhas gêmeas, teve um considerável aumento de gastos com o seu padrão de vida. Entre os anos 2014 e 2015, houve a compra de mobiliário novo (fls. 136/9); de uma cessão de

direito de uso de imóvel em sistema compartilhado (fls. 30/2), e foram realizadas viagens nacionais e internacionais (fls. 141/62). Os empréstimos, ao seu turno, foram contraídos justamente nesse interstício, entre 2014 e 2015 (fls. 169/73), permitindo concluir que foram utilizados para cobrir essas despesas, as quais, reprise-se, foram usufruídas por todos os membros da família, visto que a renda familiar provinha exclusivamente do apelado - autor, cujo salário bruto, naquela época, era de aproximadamente R\$ 11.526,34 (e-STJ, fl. 325).

Nesse contexto, conforme bem anotado pela decisão agravada, o apelo nobre esbarra nos rigores contidos na Súmula nº 7 do STJ, pois a revisão das conclusões do acórdão recorrido dependeria do reexame do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento sabidamente vedado em recurso especial.

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Não tendo havido fixação na origem, deixo de majorar os honorários advocatícios nos termos do art. 85, §§ 2º e 11, do NCPC.

Adverta-se, todavia, que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts.1.021, § 4º e 1.026, § 2º) e honorários recursais (art. 85, § 11).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator